



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DA EDUCAÇÃO**

Dyana Maria Resende de Sousa

**AUTOEFICÁCIA NO CONTEXTO ACADÊMICO: estudo de caso de aluno com
Transtorno do Espectro Autista**

BELÉM-PA

2023

Dyana Maria Resende de Sousa

**AUTOEFICÁCIA NO CONTEXTO ACADÊMICO: estudo de caso de aluno com
Transtorno do Espectro Autista**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
como requisito parcial para a obtenção de grau
em Licenciatura Plena em Pedagogia, pela
Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Maély Ferreira
Holanda Ramos

BELÉM-PA

2023

Dyana Maria Resende de Sousa

AUTOEFICÁCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: estudo de caso de aluno com TEA

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau em Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará.

DATA DE APROVAÇÃO:

CONCEITO:

Profª. Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos

Orientadora - FAED/ PPGED/UFPA

Profª. Dra. Emmanuelle Pantoja

Profª. Ma. Roberta Miranda

BELÉM-PA

2023

Dedico a minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu alicerce, sem ele eu não teria capacidade para desenvolver este trabalho.

Ao meu amado pai Manoel, que já se foi, mas sempre esteve ao meu lado nas horas difíceis.

A minha mãe Maria Luiza, que sempre me apoiou e demonstrou a cada dia, que o amor materno não nasce apenas por laços sanguíneos. Obrigada por tudo.

Aos meus filhos Davi e Danilo, fonte do meu amor, que compreenderam minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

À minha orientadora Profa. Dra. Maély, pelos ensinamentos, compreensão e carinho.

E a todos que me ajudaram ao longo desta caminhada.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1. Transtorno do Espectro Autista: Aspectos históricos.....	8
1.2. Legislação.....	10
1.3. Teoria Social Cognitiva: A Autoeficácia e a Autorregulação da Aprendizagem.....	12
2. METODOLOGIA.....	13
2.1. Natureza da Pesquisa.....	13
2.2. Locus.....	14
2.3. O caso.....	14
2.4. Coleta de dados.....	15
2.5. Análise de dados.....	17
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	17
3.1. Como estou me sentindo hoje: Avaliação qualitativa prévia da percepção de capacidade para desenvolvimento das atividades.....	17
3.2. Aplicação dos estimuladores.....	20
3.3. Percepção da autoeficácia após as aplicações.....	21
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23

AUTOEFICÁCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: estudo de caso de aluno com TEA

RESUMO

Autoeficácia é a crença do sujeito sobre a própria capacidade em organizar e executar ações para alcançar suas metas com sucesso. Este estudo tem como objetivo analisar as percepções de autoeficácia acadêmica de um educando com Transtorno do Espectro Autista da rede municipal de ensino de Belém. Para tanto, apresenta-se as principais fontes de autoeficácia, aspectos históricos e legislações com ênfase na inclusão escolar. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva. Por meio deste, foi possível reunir evidências a respeito das ferramentas que emergem para a promoção da autoeficácia. Tal qual, sugere a ideia do papel fundamental da instituição de ensino na construção de crenças. Cabe salientar a necessidade de outros debates e pesquisas envolvendo e auxiliando a compreensão sobre o papel das crenças de autoeficácia em face aos educandos com TEA.

Palavras-chave: Autoeficácia, Transtorno do Espectro do Autismo, Legislação, Inclusão escolar.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Transtorno do Espectro Autista: aspectos históricos

Na história literária sobre o autismo, as pesquisas científicas, ao longo do tempo, apontam as modificações na análise do quadro clínico. As causas e consequências resultantes do autismo não são integralmente conhecidas, trata-se a ideia da gênese por meio de possíveis irregularidades no cérebro por fatores de desvios genéticos não especificados no DNA do portador da síndrome (Mello, 2005).

Em 1911, o psiquiatra austríaco Eugen Bleuler, surgiu como primeiro a descrever o termo “autismo” o qual é oriundo do grego "autós", que tem como conceito “voltar-se para si mesmo”. Nesse período sócio-histórico o autismo era conceituado como uma doença específica relacionada a fenômenos da linha esquizofrênica, por apresentar o distanciamento nas interações sociais (Cunha, 2017).

Contudo, Leo Kenner psiquiatra infantil, em 1943 publicou o artigo que propôs o diagnóstico do autismo a partir de fatores biológicos por meio de acompanhamento de 11 crianças com características alinhadas ao autismo. Entretanto, no artigo seguinte, em 1949, suas percepções conduziram para causas psicológicas, frutos dos comportamentos dos pais perante a criação dos filhos, envolvendo ideais nutridas por princípios psicanalíticos (Grandin; Panek, 2015).

Segundo Ritvo (1976) o autismo é um déficit cognitivo, acreditando ser um distúrbio do desenvolvimento e não uma psicose. Kanner (1943) aponta em seu estudo o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como “distúrbios autísticos do contato afetivo”. Relacionando o autismo a um déficit cognitivo, considerando-o não mais como psicose, mas um distúrbio do neurodesenvolvimento. (Bezerra; Antero, 2022)

Os relatos na literatura sob a ótica da síndrome (conjunto de sintomas) são poucos, tanto nacionais como internacionais. Contudo, o autismo passa a ser descrito na década de 1950 pela Associação Americana de Psiquiatria (AAP) com o propósito de padronizar os diagnósticos. Dessa forma, publicou-se a primeira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) (Yaegashi; Nader; Yaegashi, 2021).

Em suas primeiras edições, em 1952 e 1968, o DSM relaciona o autismo a características esquizofrênicas, não associa os fatores comportamentais ao autismo. Diante disto, surge a necessidade de analisar o comportamento autista, elaborando uma lista de sintomas os quais desassociam da esquizofrenia. Assim, o DSM-III (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), publicado em 1980, elencava o autismo infantil a um

Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD). No trajeto de definição do autismo, em 1987, ocorreu a revisão do DSM-III e ampliação dos números de critérios e implantando 3 características das quais no mínimo duas o portador deveria obter para o diagnóstico, pontos que elevaram os índices de casos de autismo.(Grandin; Panek, 2015).

A edição de 1994 do DSM-IV, agregou a Síndrome de Asperger ou autismo de alto funcionamento, o qual não teria menção teoricamente a uma forma de autismo, era um dos cinco TGD. Em 2000 a edição DSM-IV-TR passou por revisão, e aponta o autismo como um espectro, sendo um Distúrbio do Espectro do Autismo (DEA), salientando inúmeros diagnósticos. Com o grande quadro de incidências do TEA, foi criado em 2000, pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CCD), a rede de Monitoramento do Autismo e Transtornos de Desenvolvimento (ADDM) com propósito de coletar dados de crianças e realizar estimativas de autismo e outros TDG (Grandin; Panek, 2015).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu alterações nos termos específicos da Classificação Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde (CID), em 18 junho de 2021. Conservou-se a terminologia e a junção de categorias alinhadas as síndromes do Transtornos Invasivos de Desenvolvimento (TID), passando do CID-10 para CID-11, com intuito de colaborar na diminuição de problemas de tradução e falhas no diagnóstico, bem como estabelecer as diferenças quanto ao nível dos sintomas. Dentre os principais critérios a serem considerados para análise do diagnóstico destaca-se a interação social, a comunicação, os aspectos sociais estereotípias e padrões do comportamento, sendo três fatores observados tanto no exame clínico como no agrupamento relacionados à gravidade (Fernandes; Tomaselli; Girianelli, 2020).

De acordo com Cunha (2017), a amplitude dos numerosos tipos de transtornos do desenvolvimento, os quais eram singulares em seu quadro de sintomas, como autismo infantil precoce, autismo infantil ou Síndrome de Kanner e autismo de alto funcionamento entre outros, possibilitando a análise das subdivisões agrupadas a prejuízos na linguagem funcional e deficiência intelectual. (Yaegashi; Nader; Yaegashi, 2021)

A genética do autismo é divergente, ela envolve modificações em seu código genético que pode ser encontrada em um indivíduo autista e ausente em outra pessoa autista (Grandin; Panke, 2015). Assim, cada pessoa portadora do TEA possui seu próprio quadro de condições neurológicas, tornando-o único em seu conjunto de manifestações. O transtorno do espectro autista apresenta uma diversidade de sintomas, por isso o termo “espectro” foi agregado à nomenclatura do transtorno autista, é a versão mais atual no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) (Lazzarini; Elias, 2022).

As características mais presentes são: a) deficiências da comunicação verbal e relacionamento social; b) hábito de ecolalia (repetição de enunciados fora do contexto) c) restrições no pensamento imaginativo; d) flexibilidade do comportamento; e) déficit nas habilidades adaptativas; f) movimentos estereotipados e repetitivos. A percepção do quadro clínico é por volta dos 3 anos de idade. O autismo predomina no gênero masculino, para cada 1 mulher diagnosticada com autismo há proporção é de 2 a 3 homens (Associação de Psiquiatria Americana, 2014).

Santos (2020) salienta que no Brasil, são limitadas as informações, sobre números de prevalência do autismo, contudo por intermédio do Censo Escolar, fatores foram identificados, tais como um aumento de 37,27% de alunos com TEA matriculados em classes comuns entre os anos de 2017 e 2018. O relatório publicado em dezembro de 2021 pelo CDC constatou que no Brasil seriam cerca de 4,84 milhões de autistas no país Segundo (Paiva, 2021)

O diagnóstico é fundamentado por meio da observação comportamental e deve ser feito por um médico especialista, geralmente neuropediatra ou psiquiatra, com base nos relatórios dos profissionais de equipes multidisciplinares especializadas composta por: Fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e neuropsicólogo. Conforme Cunha (2017), “o tratamento especializado e a educação adequada propicia maior independência e melhora a qualidade de vida em qualquer nível de autismo.”

O transtorno do espectro autista está classificado em três níveis de gravidade: os indivíduos de nível leve carecem de pouco apoio, os de nível moderado necessitam de apoio substancial e os de nível grave precisam de muito apoio. Os indivíduos com TEA tendem a manifestar sintomas de atrasos no desenvolvimento cognitivo esperado para idade biológica. Contudo, é possível ensinar, modelar comportamentos sociais e estimular a capacidade de raciocínio, realizando as atividades em quantidades e qualidades conforme suas especificidades(Associação de Psiquiatria Americana, 2014).

1.1.2 Legislação

O século XIX caracterizou-se como propulsor das primeiras articulações alinhadas às políticas voltadas para a educação especial no Brasil. O período o qual surge a sociedade Pestalozzi do Brasil e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), ambas com

propostas de atender as necessidades individuais dos educandos portadores de deficiência sem a ação estatal (Baptista, 2019).

Nesse aspecto, cumpre salientar a promulgação da Constituição de 1988, cristalizada com o objetivo de promover e garantir os direitos e deveres a todos os cidadãos. É imperioso ressaltar as políticas públicas no âmbito social e educacional, previstas no Artigo 205: A educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa (Brasil, 1988).

Em 1994, ocorreu a construção da Declaração de Salamanca por meio da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, tendo como intuito a orientação de medidas políticas públicas da educação e práticas inclusivas para organizações e governos. Tais princípios foram fomentados nas propostas políticas, consoante com a Lei Nº4.024, de 20 de dezembro de 1961, a qual Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com Redação dada pela Lei Nº 12.796, de 2013, presente no Inciso III, do Art. 4º, que infere o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado o: Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis (Brasil, 2013).

Acerca desta análise, vale assinalar, pessoas com transtorno do Espectro Autista, por vezes depararam-se com barreiras ao acesso à educação, que “é direito de todos”. Entretanto, implicações e recusas ao ingresso nas instituições de ensino eram frequentes, descumprindo aplicações legais, sendo negado a esses cidadãos um direito Constitucional. O Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, com status de emenda Constitucional, promulgado pelo Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, contendo nos termos dos incisos II, III e IV, no Art 1º, garantem o acesso ao sistema educacional, sem que haja segregação na aprendizagem em qualquer etapa da vida (Brasil, 2009).

Nesse cenário, em 2008, é divulgada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), dentre seus objetivos, destacam as estratégias para identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos bem como facilitadores do processo formativo na perspectiva da educação inclusiva (Bezerra, 2020).

Nessa perspectiva, novos marcos legais foram atribuídos após sua implementação, tal como a Lei Federal Nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com portadores do TEA, referenciada como Lei Berenice Piana, em homenagem a mãe de um menino acometido pelo transtorno do espectro autista, a

qual enfrenta o combate pelos direitos do seu filho. Considera-se a quebra do paradigma voltado ao molde caritativo na Constituinte.

As significativas alterações voltadas para políticas públicas, destacam o direito ao acesso à educação em uma perspectiva de educação inclusiva e eficaz, em prol da equidade ao acesso no sistema de ensino regular, bem como a ter uma vida digna, respeitando a sua integridade tanto física como moral. A sua segurança e lazer. Ao direito à saúde, incluindo o diagnóstico, o atendimento multifuncional e aos medicamentos. Evidenciando os portadores de deficiências como sujeitos de direitos (Brasil, 2012).

1.3. Teoria Social Cognitiva: Autoeficácia

A autoeficácia é uma importante ferramenta mobilizadora do comportamento humano, constitui-se como a crença dos indivíduos sobre suas capacidades de realizar determinadas ações. Esta crença pode afetar tanto positiva quanto negativamente as escolhas e o desempenho de ações no âmbito em diferentes contextos (Bandura, 1986, 1997).

A autoeficácia é o constructo contido na Teoria Social Cognitiva (TSC) de Albert Bandura, que busca compreender os fatores estimulantes do comportamento e do desenvolvimento humano. Entende-se que o comportamento humano pode ser explicado, em partes, pela reciprocidade triádica que envolve a interdependência de fatores ambientais, comportamentais e pessoais (Ramos; Pereira; Silva, 2022).

A agência humana possui a capacidade de manifestar seus desejos de forma intencional em seu próprio funcionamento. Consiste no “gerenciamento” que cada indivíduo faz acerca de suas ações. Sob esse viés *“Ser um agente significa fazer as coisas acontecerem de maneira intencional por meio dos seus próprios atos”* (Bandura, 2001, p 45). Cada pessoa pode fazer, por meio de seus próprios atos, com que as ações aconteçam a partir de um envolvimento proativo em seu desenvolvimento.

Esta característica conceitua-se como uma das bases da Teoria Social Cognitiva. Nessa visão, ele se difere dos princípios behaviorismo, que se concentra por meio da análise dos preceitos comportamentais, estabelecendo estímulos oriundos do meio ambiente sobre as ações do sujeito. Sendo uma das teorias agregadoras no processo de aprendizagem (Ramos; Pereira; Silva, 2022).

Isto posto, o sujeito constrói suas próprias estratégias para a execução de suas ações por meio de suas crenças, em prol do seu desenvolvimento e o alcance de suas metas. A Teoria Social Cognitiva indica que as crenças de autoeficácia de um indivíduo são

constituídas a partir de 4 fontes de informação, a saber: experiência direta, experiência vicária, persuasão social, estados físicos e emocionais.

Segundo Bandura (1994), a experiência direta tem a sua gênese por meio das vivências próprias do sujeito, as quais fundamentam a construção e o estímulo das crenças da eficácia pessoal. As experiências vicárias, estão fundamentadas na prática da observação do contexto social do sujeito. Ao encontrar pessoas que compartilham crenças parecidas com as suas e que estas geram resultados positivos, acaba por estimular e modelar crença em sua própria capacidade de alcançar seus objetivos e desenvolver suas habilidades em prol de ações bem-sucedidas.

Por sua vez, a terceira fonte de eficiência parte das crenças do indivíduo por meio da persuasão social, o qual ocorre quando o sujeito é persuadido verbalmente ao estímulo da sua capacidade para realizar determinados exercícios e mantê-los. A quarta fonte remete aos estados somáticos e emocionais, quando as crenças de homem são norteadas por fatores alinhados ao seu estado fisiológico como o estresse e o estado de humor, sendo uma ferramenta na condução de crenças tanto positivas quanto negativas (Bandura, 1986; Ramos; Pereira; Silva, 2022).

Sob tal prospectiva, percebe-se a importância dos fatores para a fundamentação das crenças individuais. Dessa maneira, essas análises, proporcionadas pelas fontes da autoeficácia, estão alinhadas no processo cognitivo, no qual o sujeito é capaz de interpretar, direcionar, avaliar e integrar todas as informações que se encontrem em seu contexto social, colaborando nas práticas da implementação da cultura inclusiva no cenário escolar (Ramos; Pereira; Silva, 2022). Diante do exposto, este artigo científico tem como objetivo analisar as percepções de autoeficácia acadêmica de um educando acometido pelo Transtorno do Espectro Autista.

2 METODOLOGIA

2.1 Natureza da Pesquisa

Este artigo científico classifica-se como de natureza aplicada. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p.51), "*a pesquisa aplicada objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos*", numa perspectiva exploratória e descritiva em relação a seus objetivos gerais. Sobre a ótica de Gil (2022), a pesquisa exploratória se ocupa em analisar uma temática ou problema, constituindo, assim, ideias mais

detalhadas, bem como levantar possibilidades a respeito de teorias científicas de maneira clara e flexível, examinando os mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Para Freitas e Prodanov (2013), o estudo descritivo tem como fundamento expor fatos e dissertar sobre eles, sem manifestar opinião pessoal, na descrição dos eventos relativos às variáveis no contexto. Visa classificar, explicar e interpretar fatos por meio de coletas de dados, por meio de diferentes formas de coletas de dados.

O estudo tem uma abordagem qualitativa, segundo Tombolato e Santos (2020), a pesquisa qualitativa conceitua-se pela busca da compreensão dos elementos significativos do ser humano, oriundos da sapiência do contexto social do participante, desde seus motivos a suas crenças, oportunizando a interpretação do fenômeno a ser estudado. Quanto aos procedimentos técnicos trata-se de um estudo de caso que refere-se à “[..] estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]” (Gil, 2022, p. 68).

2.2 Locus

O presente estudo tem como lócus uma instituição de ensino municipal de Belém, na periferia do bairro do Jurunas. Tendo como público crianças e adolescentes na faixa etária de 6 à 15 anos, no período diurno, atendendo o Ensino Fundamental de Educação Básica. A instituição também oferece no período noturno a modalidade de educação para jovens e adultos.

2.3 O caso

O sujeito da pesquisa é um discente portador da Transtorno Espectro Autista, sexo masculino, com 15 anos de idade. Matriculado na rede de ensino municipal de Belém, cursando o 6º ano, no Fundamental II, no período da tarde, sendo aluno da instituição municipal desde o 1º ano do Fundamental I. O educando é nível 2 de suporte. Conforme O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) (2013), neste nível necessita-se de apoio substancial. Dentre o quadro de sintomas estão: déficits na comunicação, desvio de foco ou a atenção, dificuldade em mudar de ambientes, sendo necessárias ações mediadoras. Sua comunicação oral ocorre por meio da ecolalia, conceituada pela repetição da fala que não possui correspondência com contexto. A fala ecolálica compõe o processo de aquisição da linguagem da criança, mas é um dos elementos a

serem acompanhados quanto sua frequência e grau causam interferências no desenvolvimento linguístico (Albano, 1990).

Segundo Saad e Goldfeld (2009, p.54) a ecolalia é um fenômeno linguístico usado pelo autista na “tentativa basilar de expressar a sua vontade ou manter o contato social em relação aos seus interlocutores”, apresenta-se duas categorias de ecolalia: Imediata e a tardia. De acordo com Mergl e Azoni (2015), a ecolalia imediata ocorre após a emissão do interlocutor, e que acontece na tentativa de correção ou mudança desse comportamento. A tardia conceitua-se pelo tempo que ocorreu a produção da fala do interlocutor, sendo uma fala produzida no passado do indivíduo com TEA.

O sujeito desta pesquisa demonstra, ainda, certa agitação quando exposto por tempo prolongado a ruídos externos. Estabelece o contato visual e físico com seus colegas, professores e familiares. Apresenta certa agressividade em suas ações quando contrariado. Possui independência quanto a suas atividades de alimentação e higiene corporal. Realiza suas atividades pedagógicas por meio de suporte apresentado, mas exerce autonomia na execução de desenhos e pinturas.

2.4. Coleta de dados

Este artigo desenvolve-se a partir de coleta de dados por meio de diferentes estratégias, sendo solicitado a autorização da instituição de ensino público municipal para realização da pesquisa (Anexo 1). Assim como, por tratar-se de um menor de idade, foi aplicado o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) a mãe do educando (Anexo 2).

Nesse sentido, alicerçando-se de um estudo de caso, a coleta de dados ocorreu por intermédio da junção de diferentes estratégias de coleta. Uma vez que, "*Obter dados mediante procedimentos diversos é fundamental para garantir a qualidade dos resultados obtidos*" (Gil, 1946 p.140). Para tanto utilizaram-se técnicas de observação participante e análise de registros escolares.

A observação participante é um modo especial de análise, o qual o pesquisador não fica apenas na observação passiva do fenômeno. Sendo a principal característica a possibilidade de agregar várias funções no cenário da pesquisa e participar de fatos e casos dos eventos e a serem estudados (Yin, 2001).

Sob essa perspectiva, a coleta de dados foi realizada na sala de aula regular e na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). No início da coleta de dados, era

observado o bem-estar do discente antes das aplicações das atividades pedagógicas. Para esse fim, era feita a questão "Como estou me sentindo hoje?" Consigo fazer as atividades? o educando poderia responder por intermédio de imagens que representavam seu estado emocional, tanto no início quanto no final das aplicações (Figura 1).

Figura 1. Exemplo de levantamento do estado emocional do sujeito participante da pesquisa, 2023.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O propósito era compreender e observar o seu comportamento naquele momento. Para a escolha do material a ser aplicado no dia, e o local de aplicação, estabelecendo a relação intersubjetiva durante o período das atividades. Tendo frequência média de três vezes por semana, com duração média de 40 minutos à 1 hora.

A entrevista ocorreu com o educando a partir de estimuladores do conhecimento que estão situados nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Os dados coletados foram organizados em fichas de exercícios e vídeos lúdicos, realizadas no período de quarenta e cinco (45) dias, com início no mês de agosto e seu final em setembro. No decurso da coleta foram retiradas informações da pasta arquivada de atendimento AEE.

A importância de estimuladores do conhecimento nas disciplinas de ensino, perpassa pela compreensão das necessidades no processo de desenvolvimento da agência humana. Nesse sentido, os jogos didáticos, o recurso visuais, alfabeto cantado, pinturas no sistema de

numeração decimal e recortes e desenho de vogais foram utilizados no processo de construção da aprendizagem. Sendo possível destacar o valor de atividades lúdicas no ensino-aprendizagem, facilitadores no processo de socialização; propiciando uma aprendizagem espontânea, natural e criativa (Tessaro, 2007). Os dados coletados na observação participante foram organizados num diário de campo para posterior análise dos registros diários.

2.5. Análise de dados

A análise de dados neste artigo se baseou no trabalho de Bardin (1997). Para tal propósito, a análise de conteúdo apresenta-se como uma metodologia com sua essência qualitativa, nas ações resultante de observações e experiências, atribuindo sentido ao que se intenciona como objeto de estudo. Não se aplica como método singular em todos os objetos (Bardin, 1977). Adotou-se as seguintes etapas para a gerência da análise: a) Pré-análise; corresponde a fase de estruturação, a qual deve adaptar-se aos diversos procedimentos no percurso da análise. Usualmente, integra três delegações: A escolha dos documentos para análise, a formulação das hipóteses e a elaboração dos indicadores como bases da compreensão final. b) Exploração do material; trata da função de registrar algo por meio das normas de um código. c) Tratamento de resultados obtidos e interpretação; sendo a fase a qual os resultados são subordinados às aplicações de operações para sua validação. O que propicia as possíveis interferências e compreensão dos fenômenos em termos de seus significados. Essa organização fundamenta a análise de conteúdo a "[...] *um conjunto de técnicas de análise das comunicações[...]*" (Bardin, 1997, p.31).

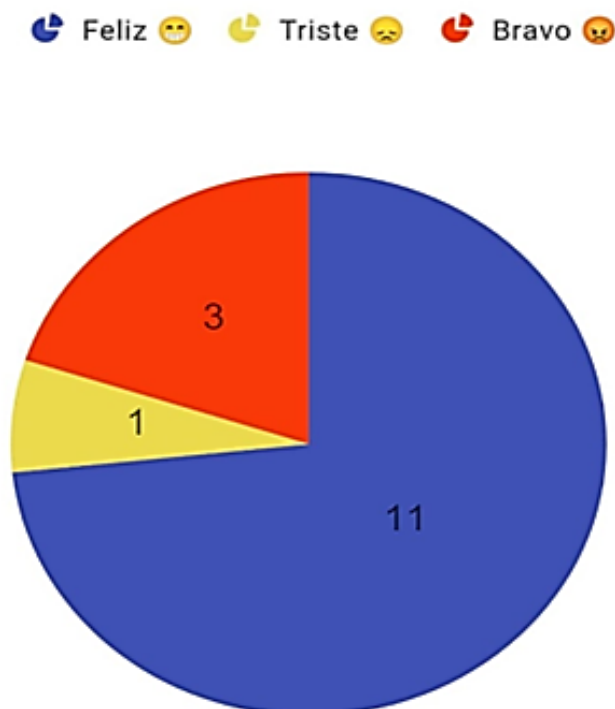
Nessa abordagem, as fases do estudo foram feitas a partir de uma descrição literal dos aspectos fundamentais que foram observados tomando por base a categoria da autoeficácia do sujeito da pesquisa. Para tal, compreende-se que as categorias são como abstrações conceituais realizadas por meio de análises, oriundas das teorias ou práticas existentes por experiências, salientando o referencial da codificação a ser aplicado, assim como delimitar as categorias e regras a serem desenvolvidas e que deverão ser seguidas pelos decodificadores. Como "*elementos que nos dão meios para descrever o fenômeno sobre investigação, aumentando o conhecimento e gerando conhecimento*" (Sampaio; Lycarião, 2021, p.46). Posto isto, expõe-se uma descrição dos dados convergentes, que categorizam os elementos deste estudo a ideia da autoeficácia discente, em um educando dentro do TEA, a partir das tarefas pedagógicas oriundas das áreas de conhecimento de Língua portuguesa e matemática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Como estou me sentindo hoje: Avaliação qualitativa prévia da percepção de capacidade para desenvolvimento das atividades.

As análises obtidas serão fundamentadas a respeito do acompanhamento realizado no período de quarenta e cinco (45) dias, sendo equivalente a quinze (15) aplicações. Antecedendo as aplicações dos estimuladores foi realizada a pergunta ao educando a respeito de como estava se sentindo, e posteriormente era solicitado a indicação de qual a imagem representava seu estado emocional. Para isso, perguntou-se ao sujeito da pesquisa: como você está se sentindo hoje? Consegue fazer a atividade?

Figura 2. Frequência da autoeficácia percebida pelo sujeito da pesquisa antes do desenvolvimento das atividades escolares



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Conforme Figura 2, é possível notar que o participante indicou com maior frequência se sentir capaz de realizar as atividades e se sentir feliz para a realização das tarefas do dia. Por conseguinte, destaca-se o local o qual foram aplicados os estimuladores do conhecimento para tais resultados, assim como as ações de persuasão positiva, aplicadas ao educando durante as realização das atividades, sendo pontualmente enfatizados nos momentos que o aluno apresentou algum episódio de dificuldade durante as realizações das atividades. Desse modo, verificou-se a importância de estímulos verbais para o desenvolvimento das crenças positivas, pois *“os persuasores efetivos devem cultivar as crenças das pessoas em suas capacidades”* (Bandura et al., 2008, p.105).

Ao perguntar "como ele estava se sentindo?" "Se sentia capaz de realizar a atividade?" Era solicitado a indicar por meio da representação de figuras do quadro como ele estava naquele dia. A relação com o local das aplicações é algo a ser salientado. Quando as aplicações ocorriam na sala de Atendimento de Educação Especial, a qual possui um espaço com menor número de pessoas, reservado e com mais recursos pedagógicos a atenção e foco em realizar determinadas atividades eram mais evidentes, pôde-se perceber, que os indicativos da crença na capacidade de realizar as tarefas propostas eram mais positivos. Posto isso, a relação da produção dos eventos ocorridos no espaço resultou em elementos geradores das crenças, haja vista *“[...] os fatores pessoais internos e as influências ambientais operaram como determinantes interconectados uns aos outros.”* (Bandura, 1978, p.44). Outro agente a ser destacado para esse resultado é o início de suporte terapêuticos para o educando durante o período de gosto.

Notou-se durante as aplicações que o sujeito desta pesquisa, por meio das representações faciais contidas no quadro com as imagens, por uma vez indicou o rosto da fase triste quando perguntado como estava se sentindo em relação a sua crença em realizar as tarefas propostas no dia. O educando apresentava sintomas gripais no dia, posteriormente a um passeio ocorrido durante o final de semana. Sob esta ótica, pode-se entender que questões relacionadas à saúde podem influenciar as percepções de autoeficácia, positivamente ou negativamente. *"A saúde humana é muito influenciada por hábitos relacionados com estilo de vida e pelas condições ambientais"* (Bandura, 2001, p.80). Conforme *“as pessoas podem avaliar seu grau de confiança por seu estado fisiológico enquanto pensarem em uma determinada ação”* (Bandura et al., 2008, p.105).

Observou-se ainda, por três vezes, a indicação da face de bravo no quadro de representações posteriormente à pergunta de como ele estava se sentindo em relação a sua capacidade de realizar as tarefas. Assim sendo, pressupõe-se os fatores que colaboraram para

esse sentimento partem do quadro fundamentado pela mudança de medicação, relatada pela mãe, bem como um conjunto de problemáticas presentes no quadro docente da instituição durante as algumas aplicações, causando interferências em relação ao comportamento da turma, a qual o sujeito da pesquisa faz parte.

Partindo do conceito que ação do determinismo humano trilha suas próprias histórias, porém igualmente podem ocorrer associações ao longo desse processo, pois *“a reciprocidade existente entre indivíduo, ambiente e comportamento, permite ao indivíduo influenciar e ser influenciado em seu comportamento”* (Barros; Santos, 2010, p.4) A partir dessa análise, entende-se que esse fator contribuiu para demonstrações de agressividade e conflitos por meio físico, expondo os elementos que influenciaram as ações para alcançar o que desejava.

3.2. Aplicação dos estimuladores

Levando em consideração as premissas do nível 2 de suporte do educando, com dificuldades significativas em interpretar, compreender e com déficits na comunicação (Associação de Psiquiatria Americana, 2014). O planejamento e execução das atividades se consolidou em dois momentos. A primeira etapa se desenvolveu a partir da área do conhecimento de língua portuguesa, tendo 10 aplicações.

As tarefas pedagógicas foram permeadas com base na leitura e na escrita por meio da compreensão e da interpretação. Utilizando a imagem de objetos presente no cotidiano do educando, correspondente a inicial de cada vogal. Compreendendo a importância das vogais no processo de alfabetização, foi trabalhado o método sintético alfabético, o qual caracteriza-se por ser um método que trabalha a parte em face do todo, por uma linha de conservação entre o oral e o escrito (Ferreiro; Teberosky 1985). Utilizando a imagem de objeto com a inicial presente no cotidiano do educando, correspondente a cada vogal. Sendo necessário para tais atividades duas aplicações.

A partir deste cenário foi apresentado o exercício de caça às vogais e grafomotricidade, respeitando a representação sequencial das cinco vogais, sendo desenvolvidas tarefas para cada uma delas, trabalhado uma vogal a cada sessão, em cinco aplicações. Posteriormente, foram trabalhadas as atividades de recorte e colagem, exercícios de combinação de vogal (VV). Para o progresso das mediações, foi utilizado o jogo das vogais por meio da plataforma digital WordWall (Figura 3)

Figura 3: Representação sequencial do jogo das vogais



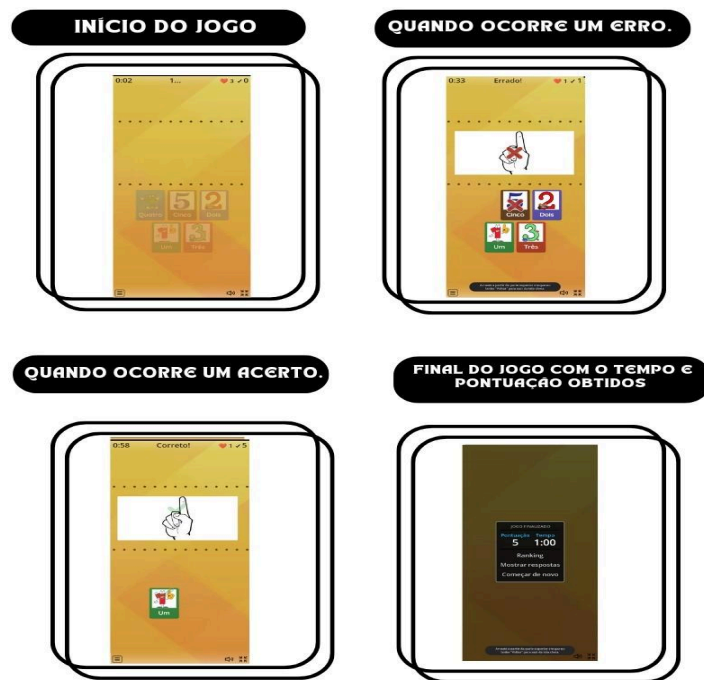
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em concordância com a Figura 3, composta por diversas atividades, as quais são formadas por medidor de tempo e apresenta diferentes níveis de dificuldades, com uso pontualmente direcionado a educandos em fase de alfabetização em várias áreas de conhecimento. A ferramenta foi usada como recurso pedagógico no desenvolvimento da aprendizagem em duas aplicações. Ademais, o alfabeto móvel e o vídeo intitulado de alfabeto amazônico, igualmente foram somados como elementos para simbolização do alfabeto latino em uma aplicação.

Em um segundo momento, foi trabalhada a área de conhecimento de matemática, o assunto abordado foram números. Realizou-se em cinco aplicações, com tarefas correspondentes a esse assunto. Com pressuposto de desenvolver a compreensão de espaços, tempos, quantidades, relações e transformações no educando. Foram apresentados ao participante os números de 0 a 9, tendo a referência ao processo de alfabetização matemática por intermédio da contagem. Tendo transcorrido em uma aplicação.

Para a simbolização do Sistema Numérico Decimal e ordenação dos números através da seriação, as execuções das tarefas ocorreram em três aplicações, sendo dividida em dois momentos. O primeiro evoluiu por meio de atividades com algarismos de 0 a 5 e o segundo momento com tarefas com números de 6 a 9, referente aos conteúdos de quantidades, contagem e pareamento. Essas atividades foram desenvolvidas durante três aplicações.

Figura 4: Representação sequencial do jogo, qual é o par?



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Por conseguinte, foi empregado o recurso digital de Wordwall como ferramenta de reforço sobre ações de mediações do conhecimento por meio do jogo nomeado por “qual e o par?”. Durante o período das aplicações, observou-se que entre às 15 aplicações realizadas, em 11 o educando apresentou um bom desempenho quanto a demonstração de sua capacidade em executar tarefas da disciplina de Língua portuguesa e matemática, mostrando entendimento no comando dos enunciados e ao executá-las, após as explicações, demonstrando por intermédio de gestos seu estado de felicidade por concluir as tarefas propostas.

3.3. Percepção da autoeficácia após as aplicações

As informações descritas no quadro apontaram que a relação entre crenças do educando e as áreas do conhecimento não parecem ser o fator mais determinante para o desenvolvimento das crenças de Autoeficácia.

Quadro 1: Representação da sequência das crenças durante o período de aplicação.

Data	Dia da semana	Frequência de autoeficácia antes da aplicação	Áreas do conhecimento	Frequência de autoeficácia após aplicação
02/08/2023	Quarta-feira	😊	Língua Portuguesa	😊
03/08/2023	Quinta-feira	😊	Língua Portuguesa	😊
22/08/2023	Terça-feira	😞	Matemática	😞
23/08/2023	Quarta-feira	😊	Língua Portuguesa	😊
24/08/2023	Quinta-feira	😊	Língua Portuguesa	😊
28/08/2023	Segunda-feira	😞	Matemática	😞
29/08/2023	Terça-feira	😞	Matemática	😞
30/08/2023	Quarta-feira	😊	Língua Portuguesa	😊
04/09/2023	Segunda-feira	😞	Língua Portuguesa	😞
05/09/2023	Terça-feira	😊	Matemática	😊
06/09/2023	Quarta-feira	😊	Língua Portuguesa	😊
11/09/2023	Segunda-feira	😊	Matemática	😊
12/09/2023	Terça-feira	😊	Língua Portuguesa	😊
13/09/2023	Quarta-feira	😊	Língua Portuguesa	😊
14/09/2023	Quinta-feira	😊	Língua Portuguesa	😊

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Partindo da fonte que os estados somáticos e emocionais atuam como elementos influenciadores das crenças de autoeficácia, observou-se nos dados encontrados no presente estudo que o cenário da aplicação corrobora na verificação do manejo em relação ao desempenho do sujeito da pesquisa. Conforme Bandura (1993) o educando ao estimular o

exercício de suas crenças, fortalece e nutre a confiança em realizar suas atividades de aprendizagem.

Isto posto, ambientes com menos recorrências de perturbações sonoras e estresse projetaram no discente o aumento de ocorrências da escolha da imagem de “feliz” após aplicação dos estimuladores, posterior a mudança do local de aplicação. Consideram, portanto, que as relações afetivas empregam força na redução ou aumento da autoeficácia (Bandura et al., 2008).

As crenças de autoeficácia que o sujeito da pesquisa tem sobre si, emergem como um poderoso preditor direcionado por meio do método cognitivo, alinhadas às escolhas, a classificação, inclusões e interpretação que partem do sujeito (Barros; Santos 2010). Ao passo que as experiências de um ambiente de sala de aula tanto de sucesso como de fracasso, podem interferir na promoção do senso de autoeficácia. Posto isto, as idas à escola durante a semana, na maioria das vezes, eram permeadas por demonstrações de agressividade e uso de meios físicos para alcançar o que desejava.

Ao frequentar um ambiente escolar de vivências condicionadas a cenários desafios de organização em âmbito coletivo e a dificuldade no cuidado com o ambiente escolar, ocasionalmente, podem acarretar episódios de estresse. Em conformidade com Bandura (1997) o elo entre os estados afetivos, estão interligados na promoção da autoeficácia do sujeito por meio das vivências armazenadas na memória. Assim como, mudanças de rotina e problemas de saúde igualmente podem estar associadas à baixa percepção de autoeficácia do educando. O que desenvolveu uma crença negativa em relação à sua capacidade de realizar suas tarefas em quadro aplicações

4. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O presente estudo buscou expor a compreensão acerca da Autoeficácia acadêmica de um educando acometido pelo Transtorno do Espectro Autista. Em vista disso, a observação e análise da pesquisa, permitiram enfatizar aspectos determinantes que possibilitaram a percepção quanto a demonstração da Autoeficácia no educando com autismo, perante as aplicações de atividades pedagógicas de duas áreas do conhecimento.

Para que ocorresse o entendimento foi estabelecido a compreensão que o sujeito é o primeiro agente em seu próprio processo de crenças, sendo suscetível a influências internas e externas em seu estado fisiológico, com seus primórdios alinhados aos estados somáticos e emocionais. Vale ratificar que os estímulos verbais positivos igualmente somaram no desenvolvimento das crenças de Autoeficácia do sujeito da pesquisa. Sob essa perspectiva,

destaca-se a escola, a qual tem, necessariamente, uma importante função de contribuição para crenças positivas do educando. Importa destacar os propósitos da Lei Federal Nº 12.764/2012 que ampara os direitos da pessoa com autismo no Brasil. Assim como, os objetivos do PNEEPEI : Incluir elaborar e organizar recursos facilitadores para a construção formativa do educando na promoção de suas crenças.

Com base nessas premissas, o longo período sem mediação pedagógica em sala de aula regular, de fato, resulta na quebra de um ambiente potencializador, e leva à reflexão acerca da discussão sobre a necessidade da gestão administrativa de ensino e da necessidade de estabelecer planejamentos pedagógicos, perante a ausência de docentes no Fundamental II, seja por motivos de faltas ou pelo quantitativo de professores insuficiente. Vale ressaltar o emprego de hábitos saudáveis e de técnicas terapêuticas que promovam o pleno exercício da qualidade de vida do educando dentro do Transtorno do Espectro Autismo, garantindo a liberdade de participação dentro de suas possibilidades.

Inferem-se a relevância do estudo, visto que permitiu salientar o cenário real de um educando autista, com nível de suporte II, demonstrar suas crenças de autoeficácia em âmbito institucional. Entretanto, ainda é necessário mecanismos de mudança em face a práticas de gestão em relação a organização de propostas pedagógicas, para que possam efetivamente atuar como ferramenta por intermédio da aplicação de projetos de intervenções, os quais atendam a individualidade do educando com TEA, frente à carência do mediador em sala de aula regular. A execução de mudanças requer esforço, tempo e compreensão. Para tanto, torna-se essencial novas pesquisas, as quais devem surgir, em um futuro próximo, para que possam avançar na produção de conhecimentos sobre o papel das crenças de autoeficácia em face aos educandos com TEA.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- ALBANO, E.C. (1990). **Da fala a linguagem tocando de ouvido**. Martins Fontes. São Paulo.
- AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM-5**. 5ªed. Washington: American Psychiatric Association, 2013.
- ASSOCIAÇÃO DE PSIQUIATRIA AMERICANA (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-V)**. rev. Porto Alegre: Artmed, 2014
https://www.researchgate.net/publication/284455957_Manual_Diagnostico_e_Estatistico_de_Transtornos_Mentais_-_DSM-5_estatisticas_e_ciencias_humanas_inflexoes_sobre_normalizacoes_e_normatizacoes
- BANDURA, A. (1994). **Self-Efficacy**. In V. S. Ramachaudran (Ed.), *Encyclopedia of Human*
- BANDURA, A. (2001). **Social cognitive theory: An agentic perspective**. *Annual Review of Psychology*, 52, 1–26.
- BANDURA, A. (1978). **Social learning theory of aggression**. *Journal of Communication*, 28(3), 12–29.
- BANDURA, A.(1986). **Social Fundações pensamento ação:um social cognitivo teoria**. Englewood Cliffs, Nova Jersey: Prentice-Hall.
- BANDURA, A. (1993). **Perceived self-efficacy in cognitive development and functioning**. *Educational Psychologist*, 28, 117-148.
- BANDURA, A. (1997). **Self-efficacy: The exercise of control**. New York: Freeman.
- BANDURA, Albert. **Teoria social cognitiva: conceitos básicos**.Albert Bandura, Roberta Gurgel Azzi, Suely Polydoro. - Porto Alegre: artmed, 2008. 176 p.; 23cm.
- BAPTISTA, Claudio. **Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. Escolarização no Brasil**, São Paulo, v. 45, 2019 , p. 1-19.
<https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945217423BAPTISTA>
- BARDIN, L. (1977). **Análise de conteúdo**. Lisboa edições, 70, 225.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2016
- BEZERRA, Giovani Ferreira. **A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos**. *Revista Brasileira de Educação Especial* [online]. 2020, v. 26, n. 4 [Acessado 6 Novembro 2022], pp. 673-688. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0184>>. Epub 18 Dez 2020. ISSN 1980-5470.
<https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0184>.
- BEZERRA, Lourayne, ANTERO Katia. **UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**. . 2022 Dec 04;:1 6.

BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009 Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com **Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York**, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 25 ago. 2009.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 2013**, presente no Inciso III, do Art. 4º, com redação que infere o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado o :. [place unknown: publisher unknown]; 2013.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BARROS , Marizeth; SANTOS , Ana Cristina Batista dos. **Por dentro da autoeficácia: um estudo sobre seus fundamentos teóricos, suas fontes e conceitos correlato**. Revista Espaço acadêmico, ano X, n. 112, p. 1-10, set. 2010.

CUNHA, Eugenio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 7 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2017. 140 p

https://www.google.com.br/books/edition/Autismo_e_Inclus%C3%A3o/PrT1DwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1

FERNANDES, Conceição; TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vania. **Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas**. evolução dos domínios nas categorizações nosológicas, [S. l.], v. 31, p. 1-10, 11 nov. 2020.

<https://www.scielo.br/j/pusp/a/4W4CXjDCTH7G7nGXVPk7ShK/?format=pdf>

FERREIRO, Emilia; Teberosk, Ana. **A Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Medicas 1985. 284p.

Gil, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. Antônio Carlos Gil. — 7. ed. — Barueri [SP]Atlas, 2022.

Grupo de Trabalho. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP. 20

GRANDIN, Temple; PANEK, Richard. **O cérebro autista**. Pensando através do espectro, Rio de Janeiro, p. 1-934, 2015

KANNER, L. (1943). **Affective disturbances of affective contact**. Nervous Child, 2, 217-250.

LAZZARINI, Fernanda Squassoni e ELIAS, Nassim Chamel. **História Social™ e Autismo: uma Revisão de Literatura**. Revista Brasileira de Educação Especial [online]. 2022, v. 28 [Acessado 10 Setembro 2022], e0017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0017>>. Epub 29 Ago 2022. ISSN 1980-5470. <https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0017>.

MELLO, A. M. S. R. **Autismo**: guia prático. 4ª ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2005. <https://comportese.com/2010/09/19/autismo-um-breve-historico/> acesso em : 01 dez 2022

MERGL, Marina e Azoni, Cíntia Alves Salgado. **Tipo de ecolalia em crianças com Transtorno do Espectro Autista**. Revista CEFAC [online]. 2015, v. 17, n. 6 [Acessado 11 Outubro 2023], pp. 2072-2080. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-021620151763015>>. ISSN 1982-0216. <https://doi.org/10.1590/1982-021620151763015>.

PAIVA, F. Jr. **EUA publica nova prevalência de autismo**: 1 a cada 44 crianças, com dados do CDC. Canal Autismo Recuperado de <https://www.canalautismo.com.br/noticia/eua-publica-nova-prevalencia-de-autismo-1-a-cada-44-criancas-segundo-cdc>

PRODANOV, Cleber Cristiano; Ernani Cesar de FREITAS. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, M.F.H.; E.C.de.S.; SILVA, E.P. **Teoria social cognitiva**: saúde e bem-estar profissional. São Paulo-Editora Dialética, 2022, 124p.

RITVO E.R, Ornitz E.M. **Autism**: diagnosis, current research and management. New York: Spectrum; 1976.

SAAD, Andressa Gouveia de Faria e GOLDFELD, Marcia. **A ecolalia no desenvolvimento da linguagem de pessoas autistas**: uma revisão bibliográfica. Pró-Fono Revista de Atualização Científica [online]. 2009, v. 21, n. 3 [Acessado 11 Outubro 2023], pp. 255-260. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-56872009000300013>>. Epub 13 Out 2009. ISSN 0104-5687. <https://doi.org/10.1590/S0104-56872009000300013>.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Análise de conteúdo categorial**: manual de Aplicação. Diógenes Lycaríão. -- Brasília: Enap, 2021.

SANTOS, G. (2020). **Opinião - O autismo no Brasil**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

SILVA, Emmanuelle; RAMOS, Maély; SANTOS, Fernando; COUTO, Andrea. **Metas-análise das pesquisas sobre autorregulação acadêmica**., Research, society and development, ano 2020, v. 9, n. 11, p. 1-25, 11 nov. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i11.7864>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/346982669_Meta-analise_das_pesquisas_sobre_autorregulacao_academica. Acesso em: 26 set. 2023.

TESSARO, J. P. **Discutindo a importância dos jogos e atividades em sala de aula**. 2007.

TOMBOLATO, Mário Augusto; SANTOS, Manoel Antônio dos. **Análise Fenomenológica Interpretativa (AFI)**: fundamentos básicos e aplicações em pesquisa. Rev. abordagem gestalt., Goiânia, v. 26, n. 3, p. 293-304, dez. 2020. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672020000300006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 out. 2023. <http://dx.doi.org/10.18065/2020v26n3.5>.

YAEGASHI, João; NADER, Michele; YAEGASHI, Solange. **A política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva e o transtorno do espectro autista**: aspectos históricos e legais .Revista Internacional de Formação de Professores, ano 2021, v. 6, p. 1-19, 6 jan. 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

Anexos

Anexo 1: Autorização da instituição de ensino público municipal para realização da pesquisa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS APLICADOS AO COMPORTAMENTO

Ofício nº 4 /2023/NEAC - UFPA Belém, 02 de junho de 2023.

À Diretora
Marizete Pantoja
Belém/PA.

Senhora Diretora,

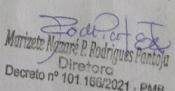
Eu, Maély Ferreira Holanda Ramos, SIAPE 2244246, Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará, efetiva no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED e na Faculdade de Educação (FAED), cumprimento vossa senhoria e, na oportunidade, apresento a discente Dyana Maria Resende de Sousa, regularmente matriculada - N. 201910540130 - no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, sob minha orientação.

A aluna está desenvolvendo a pesquisa “Autoeficácia da aprendizagem em alunos com TEA” e tem como público alvo, sujeito da pesquisa, discente portador do Transtorno do Espectro Autista, no CIII 1º ano (6ºano), da turma 601, do turno da tarde, do fundamental II, da rede municipal de educação. Sendo assim, venho por meio deste solicitar o acesso da estudante de pedagogia aos professores que atuam nesta escola e ao aluno portador do Transtorno do Espectro Autista, para a realização de coleta de dados quanto à percepção sobre sua autoeficácia para o processo de aprendizagem, bem como os registros realizados durante o ano de 2022 e o 1º trimestre de 2023. Congratulando vossa senhoria e equipe, colocamo-nos à disposição e agradecemos a receptividade e guarida à nossa solicitação.

Atenciosamente,



Documento assinado digitalmente
MAELY FERREIRA HOLANDA RAMOS
Data: 12/06/2023 16:56:10-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>



Marizete Pantoja
Diretora
Decreto nº 101.163/2021 - PMB

MAÉLY FERREIRA HOLANDA RAMOS
Professora Doutora FAED/ PPGED/UFPA

Anexos 2: Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) a mãe do educando.



TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO Projeto: Autoeficácia da aprendizagem em alunos com TEA.

Cara responsável,

O seu filho está sendo convidado a participar de pesquisa para trabalho de conclusão de curso, de discente da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Pará. A pesquisa em questão tem como objetivo: identificar as potencialidades nas atividades relacionadas ao processo de aprendizagem do discente com Transtorno do Espectro Autista no ensino fundamental II da rede pública de ensino.

A **participação é voluntária**, ou seja, você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. O convite para a participação do seu filho se deve à análise das percepções do discente portador do Transtorno do Espectro Autista em sua autoeficácia no processo de aprendizagem, ou seja, identificar a maneira que o educando desenvolve suas habilidades durante seu aprendizado por meio dos níveis de percepções da autoeficácia.

Caso você permita que o seu filho participe desta pesquisa, ele será submetido(a) ao(s) seguinte(s) procedimento(s) reconhecimento diário do bem estar do discente antes das atividades por intermédio de imagens que representem seu estado emocional. Posteriormente serão aplicados exercícios lúdicos das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática divididas em três etapas, com duração média de uma semana para cada período. Sendo respeitado as particulares do educando. O tempo previsto para a participação dele é de aproximadamente 30 dias. Com duração, em média de 40 minutos a 1 hora.

Todos os dados e informações que você e/ou ele nos fornecer serão guardados de forma sigilosa. Garantimos a confidencialidade e a privacidade dos dados e das informações. Todas as informações que você e/ou ele nos fornecer ou que sejam conseguidas por esta pesquisa, serão utilizadas somente para esta finalidade.

A participação do seu filho nesta pesquisa bem como a de todas as partes envolvidas será voluntária, não havendo remuneração/pagamento. No caso de algum gasto resultante da participação do seu filho na pesquisa e dela decorrentes, ele será ressarcido, ou seja, o pesquisador responsável cobrirá todas as despesas e de seus acompanhantes, quando for o caso.

Os resultados que nós obtivermos com esta pesquisa serão transformados em informações científicas. Portanto, há a possibilidade de eles serem apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações obtidos por meio da participação do seu filho serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando a identificação dele.

Esperamos que a pesquisa forneça dados importantes sobre aspectos das dificuldades e demandas relacionadas ao processo de aprendizagem dos discentes portadores da síndrome. Todas as informações obtidas serão **sigilosas** e seus nomes não serão identificados em nenhum momento além deste documento.

Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode contatar os pesquisadores envolvidos neste estudo pelo email maelyramos@hotmail.com - Profa Dra Maély Ferreira Holanda Ramos.

Convido você a tomar parte da pesquisa apresentada. Ressalto que em qualquer momento da pesquisa, será possível interromper sua participação sem qualquer problema ou retaliação, solicita-se apenas que seja avisada sua desistência.

Coordenador da Pesquisa: Profa. Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos
Email maelyramos@hotmail.com

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu _____, abaixo assinado, concordo com a participação do meu filho (ou do menor sob minha responsabilidade) _____, no presente estudo como participante voluntário e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à participação.

() _____

Assinatura dos pais / responsáveis

Telefone e e-mail de contato
(se aplicável)

Assinatura do (a) Participante

N° de contato do (a) Participante



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/TCC N° 7/2024 - FAGEDUCACA (11.32.03)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/01/2024 12:01)

MAELY FERREIRA HOLANDA RAMOS

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

ICED (11.32)

Matrícula: ###442#6

(Assinado digitalmente em 22/01/2024 13:41)

DYANA MARIA RESENDE DE SOUSA

DISCENTE

Matrícula: 2019#####0

Visualize o documento original em <https://sipac.ufpa.br/documentos/> informando seu número: 7, ano: 2024, tipo:

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/TCC, data de emissão: 22/01/2024 e o código de verificação:

20a5fa4aab